UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAIS
DISCENTE: ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DAS PROFESSORAS

CAMPINA GRANDE-PB
2025

ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DAS PROFESSORAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito de obtenção do título de especialista, no curso de Especialização em Educação: História, Política e Gestão Educacionais, da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Prof.ª Msc. Naara Queiroz de Melo

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

C837p Costa, Ellen Creuza Gouveia Lima da.

O processo de fechamento das escolas do campo no município de Serra Branca: uma análise a partir da visão das professoras / Ellen Creuza Gouveia Lima da Costa. – 2026.

41 f. : il. color.

Monografia (especialização em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Profa. Ma. Naara Queiroz de Melo".

Referências.

1. Educação do Campo – Serra Branca-PB. 2. Escolas do Campo ou Campesinas. 3. Direito à Educação. I. Melo, Naara Queiroz de. II. Título.

UFCG/BC CDU 37.018.51(04)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA: uma análise a partir da visão das professoras

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graducação *(Latu Sensu)*: Especialização em Educação, História, Política e Gestão Educacionais, como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em: 29/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Naara Queiroz de Melo – UFCG
Orientadora

Prof.ª Dr.ª Pâmella Avelino de Sousa – UFCG
Membro Interno

Prof.ª Ma. Maria Cláudia Coutinho Henrique – UEPB
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me guia e ilumina neste percurso educacional me dando forças e discernimento.

Agradeço a minha Família que sempre me deu suporte e esteve ao meu lado em todas as situações.

Agradeço aos meus professores desta especialização, através deles consegui aprimorar meus conhecimentos e adentrar mais profundamente na educação, obrigada por toda a compreensão com a turma.

Agradeço a minha querida orientadora Naara Queiroz por toda sua paciência e compreensão comigo, obrigada por ser essa mulher incrível e dedicada que não se ausentou em momento algum quando à procurei, foi essencial.

Agradeço as professoras entrevistadas nesta pesquisa, que aceitaram de prontidão o convite para participar desta pesquisa, foram compreensivas e determinantes para construção deste trabalho.

Agradeço também a banca examinadora que tenho certeza contribuirá ainda mais para minha pesquisa.

SUMARIO

1.2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA..... 13

1.3. METODOLOGIA 14

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO..... 15

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO HISTORICO 18

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS..... 22

3. EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES..... 30

4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO..... 32

5. IMPACTOS E FECHAMENTO DAS ESCOLAS..... 34

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 37

RESUMO

O Presente trabalho situa a educação do campo no município de serra Branca/PB, discutindo o contexto do fechamento das escolas campesinas, mais especificamente da comunidade do Ligeiro. As condições de atendimento das escolas do campo perpassam o direito à educação ainda que sua efetividade contrarie o que está definido nos documentos legais. O direito à educação está previsto em lei desde a declaração dos direitos humanos (1948) onde no seu Art.26 define que todo ser humano tem direito a educação, que nos graus fundamentais e elementares deve ser gratuita e em alguns casos obrigatória (Brasil, 2018). No Brasil, nós temos previsto na Constituição Federal de 5 de Outubro de 1998 no Art.205 a garantia a educação que "é direito de todos e dever do estado e da família" (Brasil, 1988). Apesar deste direito previsto desde o século passado, nem todos tem direito garantido a uma educação ou uma educação digna, isso ocorre para aqueles que estão nas classes sociais mais baixas, como a comunidade do Ligeiro. Esta pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com quatro professoras que lecionaram nas escolas do Ligeiro e que residiam e ainda residem na comunidade, as entrevistas foram realizadas na residência de cada professora (critério escolhido por elas) sendo as entrevistas gravadas no celular e transcritas para análise. Durante as entrevistas percebe-se o abandono das escolas e a situação precária de investimentos, onde uma mudança de escola municipal para estadual muda completamente o cenário da escola, além da falta de sensibilidade do Município com a comunidade, fechando as duas escolas existentes, não ficando outra opção que não seja ir para as escolas do município. As professoras ao relembrar suas formações e preparação de aulas revelam que não havia nada específico ao ensino do campo, mas apenas planejamentos junto àqueles que ocorriam para as escolas da cidade.

PALAVRAS- CHAVE: Direito a educação; Escolas do campo ou campesinas; Serra Branca-PB.

ABSTRACT

The present study situates rural education in the municipality of Serra Branca, Paraíba (PB), discussing the context of the closure of rural schools, more specifically in the community of Ligeiro. The conditions under which rural schools operate are closely linked to the right to education, even though their effectiveness contradicts what is defined in legal documents. The right to education has been established by law since the Universal Declaration of Human Rights (1948), which in Article 26 states that every human being has the right to education, and that at the fundamental and elementary levels it should be free and, in some cases, compulsory (Brazil, 2018). In Brazil, the Federal Constitution of October 5, 1988, Article 205, guarantees education, stating that it "is the right of all and the duty of the State and the family" (Brazil, 1988). Despite this right being established since the last century, not everyone has guaranteed access to education or to a dignified education. This is the case for those in the lowest social classes, such as the community of Ligeiro.This research was conducted through semi-structured interviews with four teachers who taught in the schools of Ligeiro and who lived—and still live—in the community. The interviews were carried out in each teacher's home (a criterion chosen by them), recorded on a mobile phone, and transcribed for analysis. During the interviews, the abandonment of the schools and the precarious situation of investment became evident. A change from a municipal school to a state school completely alters the school's reality, in addition to the municipality's lack of sensitivity toward the community, as it closed the two existing schools, leaving no other option but to attend schools in the municipal center. When recalling their training and lesson planning, the teachers revealed that there was nothing specific related to rural education; instead, planning followed the same guidelines used for urban schools.

KEYWORDS: Right to education; Rural or peasant schools; Serra Branca–PB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
2- CNE: Concelho Nacional de Educação
3- CEB: Câmara de Educação Básica
4- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
5- INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira
6- LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
7- LOGOS: Programa de EAD para formação de professores
8- MEC: Ministério da Educação
9- MST: Movimento sem Terra
10- PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria
11- UNB: Universidade de Brasília
12- UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
13- UVA: Universidade Veiga de Almeida
14- LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
15- UEx: Unidade Exacutora
16- UNICEF: Fundo das nações Unidas para Infância
17- FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
18- CPT: Comissão Pastoral da Terra

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa a educação do campo no município de Serra Branca/PB, situado no interior da Paraíba, com 13.614 habitantes, discutindo o contexto do fechamento das escolas campesinas, mais especificamente da comunidade do Ligeiro. O interesse pela pesquisa nessa temática surgiu no decorrer deste curso de especialização, onde abordamos o ensino multisseriado e a educação do campo. Fiquei interessada em pesquisar por ter minhas raízes no campo e ser egressa da educação campesina em turma multisseriada, além de ter presenciado o fechamento das escolas do município e o sofrimento das comunidades campesinas com o referido acontecimento. Assim, pretendo analisar esse contexto de fechamento das escolas e o ensino ofertado na visão das professoras que atuavam nas instituições, para analisar, sob a ótica docente, a problemática acerca da educação do campo, considerando suas peculiaridades e condições de oferta e permanência para estudantes e profissionais atuantes nas escolas.

As condições de atendimento das escolas do campo perpassam o direito à educação, ainda que sua efetividade contrarie o que está definido nos documentos legais. O direito à educação está previsto em lei desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde, no seu Art. 26, define-se que todo ser humano tem direito à educação, que, nos graus fundamentais e elementares, deve ser gratuita e, em alguns casos, obrigatória (Brasil, 2018). No Brasil, temos previsto na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no Art. 205, a garantia à educação que “é direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988). Apesar de ser um direito previsto desde o século passado, nem todos têm o direito garantido a uma educação ou a uma educação digna; isso ocorre para aqueles que estão nas classes sociais mais baixas, como as comunidades campesinas estudadas nesta pesquisa.

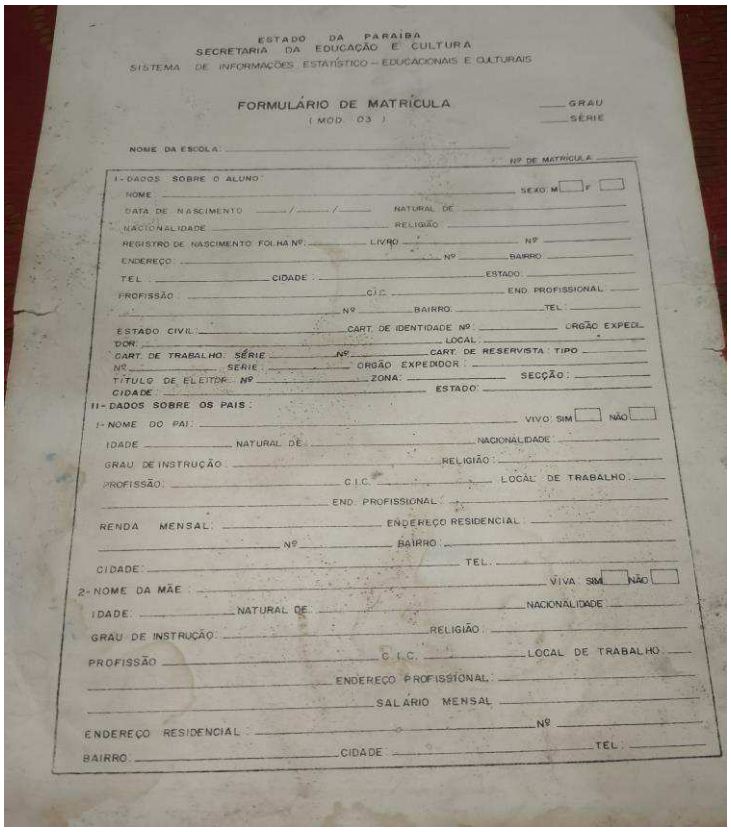
É importante destacar que, nesta pesquisa, nos atentamos à forma de ensino ofertado nas escolas, pois não basta saber se está ocorrendo o ensino, mas saber se este é *para* o campo ou um ensino situado em uma escola *no* campo. A educação do campo é resultado da luta dos movimentos sociais em busca da educação para os povos campesinos, buscando uma educação que

estivesse ligada ao viver no campo e não uma educação urbanocêntrica como a ofertada (Barral; Zanelli; Souza, 2024). Assim, devemos lembrar a diferença entre educação do campo e educação no campo, pois a instituição estar situada no campo não quer dizer que a educação seja propriamente do campo; é necessário estar adaptada às vivências rurais (Barral; Zanelli; Souza, 2024). Na Lei nº 9.394/1996, a educação básica rural é mencionada, o que, para Neto (2021), possui uma concepção genérica da educação do campo, deixando a cargo das instituições de ensino a tarefa de se adaptar e adequar os currículos, fazendo mudanças estruturais e organizacionais, mas que ainda continua com a concepção de que escola do campo é aquela situada na zona rural.

A pesquisa foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro professoras que atuaram nas duas escolas da comunidade. Ao longo das entrevistas, percebe-se o abandono das escolas do campo por parte do governo, e as medidas tomadas, que deveriam ser de melhorias, acabam tornando-as mais vulneráveis.

Durante as entrevistas, as professoras puderam escolher materiais que tivessem em seu acervo e que gostariam que estivessem no trabalho para que eu registrasse, como trago logo abaixo.

Fotografia 1 - ficha de matrícula, usada no periodo que a escola esteve aberta



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICO – EDUCACIONAIS E CULTURAIS

FORMULÁRIO DE MATRÍCULA
(MOD. 03)

GRAU
SÉRIE

NOME DA ESCOLA:

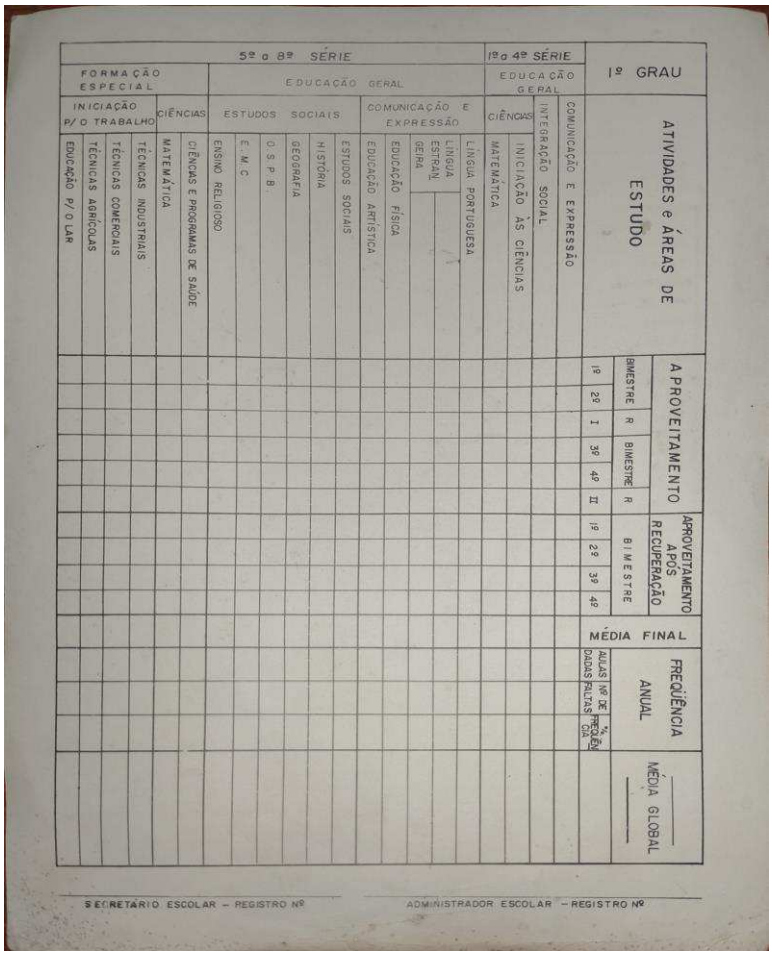
Nº DE MATRÍCULA:

I - DADOS SOBRE O ALUNO:
NOME: SEXO: M F
DATA DE NASCIMENTO: / / NATURAL DE:
NACIONALIDADE: RELIGIÃO:
REGISTRO DE NASCIMENTO FOLHA Nº: LIVRO: Nº:
ENDEREÇO: Nº: BAIRRO:
TEL.: CIDADE: ESTADO:
PROFISSÃO: C.I.C.: END. PROFISSIONAL:
Nº: BAIRRO: TEL.:
ESTADO CIVIL: CART. DE IDENTIDADE Nº: ÓRGÃO EXPED.:
DOR: LOCAL:
CART. DE TRABALHO: SÉRIE: Nº: CART. DE RESERVISTA: TIPO:
Nº: SÉRIE: ÓRGÃO EXPEDIDOR: SECÇÃO:
TÍTULO DE ELEITOR: Nº: ZONA: ESTADO:
CIDADE:

II - DADOS SOBRE OS PAIS:
1 - NOME DO PAI: VIVO: SIM NÃO
IDADE: NATURAL DE: NACIONALIDADE:
GRAU DE INSTRUÇÃO: RELIGIÃO:
PROFISSÃO: C.I.C.: LOCAL DE TRABALHO:
END. PROFISSIONAL:
RENDA MENSAL: ENDEREÇO RESIDENCIAL:
Nº: BAIRRO:
CIDADE: TEL.:
2 - NOME DA MÃE: VIVA: SIM NÃO
IDADE: NATURAL DE: NACIONALIDADE:
GRAU DE INSTRUÇÃO: RELIGIÃO:
PROFISSÃO: C.I.C.: LOCAL DE TRABALHO:
ENDEREÇO PROFISSIONAL:
SALÁRIO MENSAL:
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Nº:
BAIRRO: CIDADE: TEL.:

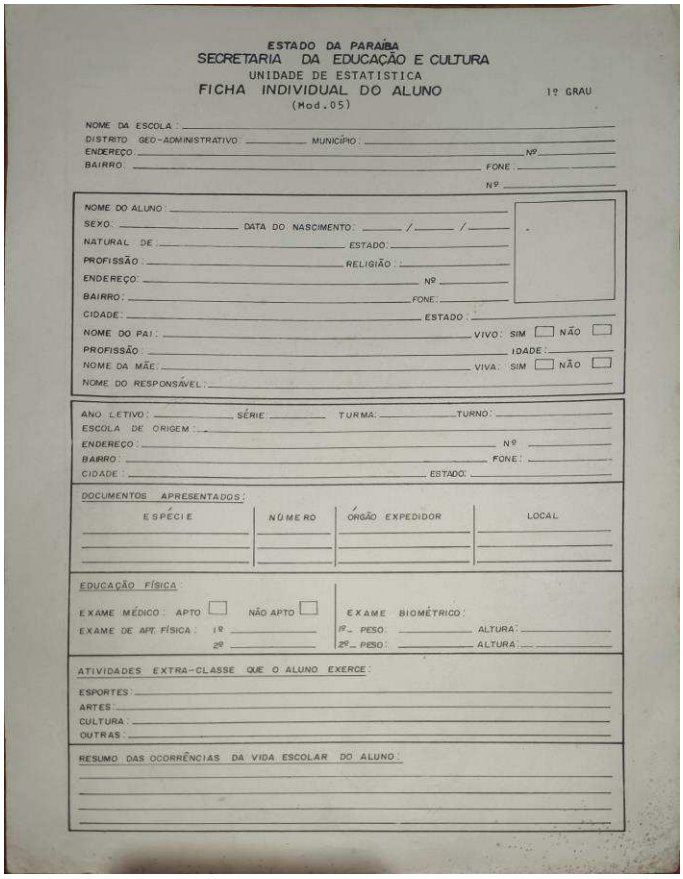
Fonte: Própria

Fotografia 2 - Modelo de Boletin usado na escola 1



Fonte: Própria

Fotografia 3 - ficha individual do aluno



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE DE ESTATISTICA
FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO
(Mod.05)
1º GRAU

NOME DA ESCOLA:
DISTRITO GEO-ADMINISTRATIVO: MUNICÍPIO:
ENDEREÇO: Nº
BAIRRO: FONE:
Nº

NOME DO ALUNO:
SEXO: DATA DO NASCIMENTO: / /
NATURAL DE: ESTADO:
PROFISSÃO: RELIGIÃO:
ENDEREÇO: Nº
BAIRRO: FONE:
CIDADE: ESTADO:
NOME DO PAI: VIVO: SIM ☐ NÃO ☐
PROFISSÃO: IDADE:
NOME DA MÃE: VIVA: SIM ☐ NÃO ☐
NOME DO RESPONSÁVEL:

ANO LETIVO: SÉRIE: TURMA: TURNO:
ESCOLA DE ORIGEM:
ENDEREÇO: Nº
BAIRRO: FONE:
CIDADE: ESTADO:

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

ESPÉCIE	NÚMERO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	LOCAL

EDUCAÇÃO FÍSICA:
EXAME MÉDICO: APTO ☐ NÃO APTO ☐
EXAME DE APT. FÍSICA: 1º
2º
EXAME BIOMÉTRICO:
1º - PESO: ALTURA:
2º - PESO: ALTURA:

ATIVIDADES EXTRA-CLASSE QUE O ALUNO EXERCE:
ESPORTES:
ARTES:
CULTURA:
OUTRAS:

RESUMO DAS OCORRÊNCIAS DA VIDA ESCOLAR DO ALUNO:

Fonte:Própria

Fotografia 4 - placa de inauguração de uma das escolas



Fonte: Própria. Descrição: Obra reconstruída com recursos do promunicipio através de convênio MEC/SEC/ PREFEITURA MUNICIPAL, Inaugurada em 15 de Janeiro de 1982, GOVERNADOR

DO ESTADO Dr TARCISIO DE MIRANDA BURITY, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GISELDA NAVARRO DUTRA, PREFEITO MUNICIPAL WANBERTO TORREÃO FILHO.

Nas figuras 1, 2 e 3 são fichas usadas na época para matrícula e atribuição de notas. É relatado que apesar de ter muitos dados para preencher, apenas o básico era colocado. Na Figura 2 vemos o boletim usado que tinha algumas disciplinas como formação especial que não era praticado na escola, além de outras situadas, pois o relato é de que só era abordado as disciplinas básicas como português matemática e as demais.

1.2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A pesquisa busca entender como se deu o processo de fechamento das escolas do município, através da forma como os professores foram informados e quais justificativas utilizadas pelos órgãos de governo para o fechamento. Buscaremos entender também qual o tipo de ensino era ofertado nessas instituições se era uma educação voltada ao campo ou apenas escolas situadas na zona rural. Compreender e problematizar essa realidade das comunidades rurais é algo fundamental para o futuro da população do campo, pois o aumento do fechamento de escolas do campo ao longo dos anos é algo assustador, cada vez mais as escolas estão sendo nucleadas, fechadas posteriormente e as crianças e adolescentes sendo levadas para estudar na cidade.

A procura de chegar a essas questões delimitadas, o trabalho tem como objetivo geral analisar a (educação do/no campo) e o contexto de fechamento das escolas do campo no município de Serra Branca-PB a partir da visão dos professores. Para continuidade foi delimitado três objetivos específicos; investigar a educação infantil oferecida nas escolas campesinas do Município de Serra Branca-PB; Analisar as políticas direcionadas às escolas do campo no contexto de fechamento das escolas do município de Serra Branca-PB; E analisar os impactos na vida dos professores da comunidade do Ligeiro após o fechamento das escolas. A escolha pela Educação Infantil se dá pelo fato de as duas escolas estudadas ofertarem este ensino e as professoras lecionarem nesta categoria.

1.3. METODOLOGIA

A Fundamentação teórica utilizada é a fenomenológica onde iremos dar voz aos sujeitos e nos debruçar sobre as vivências das professoras, que será coletada através dos relatos das entrevistas. A pesquisa fenomenológica como diz Amatuzzi (1996).

> No sentido que usamos aqui designa do estudo vivido, ou da experiência imediata pré reflexiva; visando descrever seu significado; ou qualquer estudo que tome o vivido como pista ou método. Em suma, é a pesquisa que lida com o significado da vivência.

O que buscamos é saber das vivências das professoras no ambiente escolar do campo, bem como sua didática, práticas pedagógicas entre outros, e como foi lidar com o fechamento das escolas. Amatuzzi (1996) diz que independente do enfoque, a pesquisa fenomenológica pode em seus resultados trazer os três tipos de linguagem seja a expressa, intencional e oculta a depender do lugar estudado. Estes são os pontos que procuramos identificar nas falas das entrevistadas no momento de análise das entrevistas e na elaboração das perguntas que usamos na entrevista.

A pesquisa qualitativa foi a utilizada, Já a escolha por estas quatro professoras se deu pelo fato de residirem na comunidade a qual atuavam tanto no período do ensino como até hoje. Em um relato de experiência Paula, Padoin, Terra, Souza e Cabral (2014) abordam sobre a entrevista na pesquisa qualitativa fenomenológica

> Dentre os tipos, tem-se a entrevista na pesquisa fenomenológica, a qual pretende acessar o vivido do ser humano por meio de um movimento de compreensão. Como modo de acesso ao ser, a entrevista fenomenológica é desenvolvida como um encontro, singularmente estabelecido entre o sujeito pesquisador e cada sujeito pesquisado. Paula, Padoin, Terra, Souza e Cabral (2014)

Desta forma, durante a entrevista trago perguntas para as entrevistadas, mas tentando estabelecer uma relação de conversa que deixe o entrevistado a vontade e nos traga detalhes que em algo mais formal talvez não fosse possível, pois uma relação de conversa em uma entrevista semi estruturada que tem uma

base flexível, podemos incluir pontos que não foi pensado durante elaboração do questionário. Como bem diz Lombardi, Paula, Monteiro, Wada (2021).

> A entrevista semiestruturada tem vantagens frente à estruturada e à não estruturada. Em relação à primeira, que pode utilizar formulários com perguntas claras e objetivas e obter respostas padronizadas, a semiestruturada, ao permitir a livre expressão dos informantes, propicia colher outras informações ou explorar aspectos desconhecidos do problema. (Lombardi, Paula, Monteiro, Wada, 2021).

Assim, a entrevista teve um roteiro norteador de perguntas, mas ao longo das conversas construí a entrevista se adaptando a entrevistada e sua linha de respostas. O ambiente para realizar as entrevistas ficou para ser escolhido a critério da entrevistada, todas escolheram fazer no ambiente de suas casas, e assim foi feito, as entrevistas foram todas gravadas no celular e transcritas para análise dos conteúdos e seleção para os capítulos.

Durante a entrevista algumas professoras disponibilizaram alguns materiais que tinham da época escolar, em seu acervo pessoal em casa como abordei anteriormente. Durante a escrita do trabalho optei por preservar o nome das escolas e das professoras, por critério meu, enumerando de 1 ao 4 e as escolas como 1 e 2.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A educação em sua história passa por diversas mudanças seja de avanços ou retrocessos. Nesta pesquisa, nos atentaremos a educação no Brasil mais propriamente a educação do/no campo. Na constituição Federal de 1988 onde ficou estabelecido o direito a educação no Art.205 onde diz

> Art. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil,1988).

A educação passa a ser vista como fundamental para o desenvolvimento da sociedade. “Emergia a tendência a considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à

idéia da “escola redentora da humanidade” (Saviani, 2014, p22). Mas apesar de sua promulgação como direito de todos, aqueles de classes mais baixas socialmente, nem sempre conseguem chegar a sala de aula, problema este que é enfrentado até hoje. Isso não é diferente quando se trata da educação das comunidades rurais, que vai ganhar mais visibilidade entre 1980 e 1990 por meio das lutas dos movimentos sociais em busca dos direitos das comunidades do campo.

Em 1996 que a educação do campo vai ser mencionada na LDB. Lei n° 9.394/1996 no seu Art.28 que traz a tona a questão da educação rural propondo as mudanças de organização, metodologia, conteúdos e demais necessidades, aos sistemas de ensino. Um pouco mais a frente em 1998 a constituição junto com a LDB trazem outras mudanças à educação do campo.

> A Constituição de 1998 e a LDB n. 9.394/96 proporcionaram muitos ganhos para a educação do campo, os quais haviam sido esquecidos nas elaborações anteriores. Com essas leis, foram abertos precedentes legais, jurídicos e políticos que trazem possibilidades de uma educação que respeite a identidade do homem do campo. Esse foi um grande momento para a educação campesina, pela primeira vez mostra-se consciência das singularidades do campo e de um processo educacional que atende às expectativas desse povo. . (Bavaresco, Rauber, 2014).

Mas a educação ainda era uma educação rural que visava os interesses urbanos e não voltados a população rural e suas necessidades, com objetivo de manter sua cultura e costumes, deixando os alunos aprenderem nas suas comunidades sem ter que se deslocar até a cidade mais próxima para ter acesso à escola. De acordo com Bavaresco e Rauber (2014), a educação rural era mais uma resposta às necessidades das elites no meio urbano, do que uma resposta às necessidades dos camponeses. Para os autores

> Uma das saídas encontradas pelo Estado para conter esse fluxo migratório e atender ao pedido da elite brasileira preocupada com o crescimento das favelas, foi a instalação de novas escolas e projetos voltados ao campo, para que o campesino encontrasse ali o seu sustento. Mais uma vez, a educação voltada para o campo foi instaurada para evitar futuros problemas ao Estado, porém, não havia a intenção de

> estabelecer uma educação de qualidade para valorizar as crianças e jovens do campo. (Bavaresco, Rauber, 2014)

Anos depois mais precisamente no ano de 2002 a resolução CNE/CEB n° 1/2002 vai instituir as diretrizes operacionais para educação básica no campo, assegurando que

> Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes á sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.(Brasil, 2002)

Como vimos, essas diretrizes representaram um avanço no ensino, mas em sua trajetória ainda ocorrem muitas mudanças e contradições. O ensino em comunidades rurais é ofertado para poucos alunos, tendo em vista que as populações camponesas não são tão grandes quanto nas cidades. Assim se estabeleceu uma medida de seriação nas escolas de forma a atender todos os alunos e diminuir os gastos, através da LDB.

Além disso, uma mudança que proporcionou o aumento do fechamento de escolas no campo, foi a transferência do poder e controle das escolas para as mãos dos municípios que sem recursos para custear as escolas, começaram processos de nucleação das escolas e posteriormente o fechamento, como forma de diminuir os gastos com os alunos do campo, pois pagar um ônibus ou carro particular para levar os alunos tem menos custo do que manter uma escola,professores funcionários e demais necessidades de uma instituição escolar, Neto (2021). Legitimados pela portaria n° 391 de 10 de maio de 2016 do MEC onde estabelece que

> Paragrafo único. O Fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela secretaria de Educação, a análise do diagnostico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.(Brasil, 2018)

Portanto, por meio de leis a educação do/no campo foi inserida no meio educacional e da mesma forma abriu uma prerrogativa para a sua desvalorização e diminuição de instituições quando as Secretarias de Educação

assim julgar necessário, considerando que a análise do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar não são contrapesos suficientes na tomada de decisões, embora declaradas como requisitos na letra da lei.

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO HISTORICO

Neste capítulo faremos uma retomada ao contexto histórico da educação a partir do ano de 1948 até o reconhecimento da educação do campo e avanços mais recentes.

Para falarmos de educação devemos lembrar que vai ser na declaração dos direitos humanos (1948) que no Art.26 vai estar previsto que todo ser humano tem direito á educação, que deve ser gratuita ao menos nos graus fundamentais e elementares, devendo ser obrigatória nos níveis elementares. Mas esse período marcado pelo período da corte portuguesa no Brasil vai como afirma Ribeiro (1992) trazer inovações, mas para aqueles que estão junto da corte.

> Com relação à educação, a década de 1850 é apontada como uma época de férteis realizações, no entanto, restritas em sua maioria ao município da Corte, por força da lei em vigor. As realizações a que se refere são: Criação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de preparatórios , tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais(1854);reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comercio da Corte.(Ribeiro, p53,1992)

Vemos, que o direito a educação está previsto, mas vai ser dedicado inicialmente, ao lugar onde está situada a Corte e somente em 1988 com a Constituição Federal de 5 de outubro que o Brasil tem sua educação garantida no Art.205 em que trata da educação como direito de todos e dever do estado e da família onde será incentivada a colaboração da sociedade visando o

desenvolvimento da pessoa e seu exercício da cidadania junto da qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A reforma Leôncio de Carvalho que foi uma reforma em que algumas idéias são aceitas e outras acabam dependentes e de uma aprovação que não ocorre, essa é uma reforma que traz algumas práticas importantes para a mudança na educação, que para ele era preciso para dar um impulso a educação. Algumas como cita Ribeiro (1992) são;

> a) Liberdade de ensino, isto é, a possibilidade de todos os que se sentissem capacitados exporem suas idéias segundo o método que lhes parecesse mais adequado. Entendia que o segredo da prosperidade dos Estados Unidos e dos países europeus estava na adoção do principio da liberdade de ensino. Em casos de abuso deveria haver uma repressão criminal. A inspeção verificaria as condições de moradia e higiene.
> b) O exercício do magistério era incompatível com o de cargos públicos e administrativos. Para que isso fosse possível, necessário se fazia o Estado ter condições de pagar bem e oferecer outras garantias profissionais. [..]
> c) Liberdade de frequência, ou seja, dar liberdade para os alunos dos cursos secundário e superior estudarem como e com quem entendessem. A escola caberia, especificamente, ser severa nos exames. Isto implicava, também, a organização do curso por matéria e não mais por anos, possibilitando ao aluno escolher as matérias e o tempo para cumprir toda a série estipulada [...]

Nestas mudanças propostas podemos ver resquícios na educação para além desses anos, uma vez que alguns ainda são lutas, outros se adequaram a escola e o modelo da época, mas possuem um pouco desses vieses. Rodrigues (2009) ao falar das mudanças da educação onde ela divide em fases, podemos destacar a terceira onde a autora nos mostra que apesar das mudanças efetuadas no meio educacional brasileiro, as populações do campo ficaram de fora das reformas.

> A terceira fase inicia-se com a Revolução de 1930, quando o governo central passa a interferir em todos os níveis do sistema escolar, resultando em inúmeras reformas que, no entanto, continuavam excluindo a população campesina, uma vez que as escolas se concentravam onde houvesse maior densidade demográfica, ou seja, no meio urbano, reforçando assim a dualidade cidade/campo.(Rodrigues, p 45, 2009).

Assim, como o campo não tinha uma grande oferta de estudantes ficava de fora do plano de construção de escolas. Devemos lembrar que a educação brasileira nem sempre esteve separada em Educação Pública e Educação

Privada, pelo contrário, para que tivesse escolas públicas e que fossem valorizadas como instituições de ensino de confiança, ocorreram alguns entraves entre aqueles que defendiam o ensino privado e quem defendia o público, os anos de 1958 a 1961 ficaram marcados por esses conflitos de idéias. Podemos destacar a Igreja Católica como defensora da escola privada. Ribeiro (1992) ao pontuar os argumentos da igreja destaca que

> Do ponto de vista pedagógico, a Igreja Católica acusa a escola pública de ter condições de desenvolver somente a inteligência e, enquanto tal, instrui, mas não educa. Ela não tem "Uma filosofia integral da vida". A resolução do "problema do homem, das suas origens e dos seus destinos" só poderá vir através da "solução religiosa da existência humana". Assim a escola confessional seria a única que teria condições de desenvolver a inteligência e formar o caráter, ou seja, educar. (Ribeiro, 1992, p145)

Portanto, só estaria apto a ter um ensino de valor aquelas instituições que seguissem ou buscassem o ensino baseado na doutrina cristã, e para a Igreja as escolas públicas não iriam seguir essa corrente de pensamento e iriam instruir apenas as coisas necessárias para convívio em sociedade, deixando de lado a questão religiosa. Mais adiante Ribeiro (1992) destaca ainda que associavam "o aumento do índice de criminalidade com a propagação da escola pública" tentando distorcer o significado das escolas públicas para a comunidade.

A educação brasileira em meio as suas mudanças e necessidades possuía uma grande deficiência na educação rural, e em meados dos anos 1970 e 1980 começou a desenvolver programas para atender as comunidades rurais. Dentre os programas foi criado o Mobral que era um projeto com objetivo de combater o analfabetismo brasileiro e o Edurural que vai iniciar no Nordeste tendo uma adaptação ao meio rural, objetivando uma melhoria nas condições do ensino rural. O Mobral vai ser uma das mais importantes iniciativas educacionais que acontecem no regime militar.

O direito a educação também está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Mas para que seja efetivado esse direito a educação é necessário que o estado financie e garanta que essa educação seja plena e adequada aos alunos. Se olharmos a LDB - Lei n° 9.394/1996 veremos

que está estabelecido um pacto entre a União, Estados e Municípios. É através dessa união que se inicia a divisão e financiamento da educação.

Partindo para um período mais recente, a educação está sendo guiada por idéias neoliberais onde a idéia se baseia no fazer muito, gastando pouco.

> O Brasil ao seguir as diretrizes neoliberais, de redução de investimentos e financiamentos dos setores públicos (saúde, educação, previdência, e outros) redefine e/ou cria políticas como a do transporte escolar, que por dentro dessa lógica torna-se mais viável, economicamente, do que manter uma escola funcionando. Ao fechar uma escola o Estado diminui custos com equipamentos escolares, funcionários e professores.(Santos, Garcia, 2020)

Essas medidas, baseadas na redução dos gastos atingiu em grande maioria quando se trata da educação, as comunidades rurais, onde o custo pelo fornecimento de transporte escolar é menor do que manter a escola funcionando com recursos e funcionários. Pois, com a quantidade de alunos do campo sendo baixa, manter uma instituição ativa para atender a eles, se torna cara para os municípios, pois, muitas vezes não atinge o “mínimo” estipulado. Então, a estratégia é de que se inicia a nucleação, fechando algumas escolas e deixando apenas uma funcionando, na maioria das vezes de modo multisseriado, e após um tempo determina a inviabilidade de manter a escola funcionando, ofertando os ônibus para transporte dos alunos até as escolas sediadas nas cidades mais próximas.

Essas escolas do campo, por estarem funcionando com uma quantidade baixa de alunos, se encaixam nos moldes da escola multisseriada, onde um professor vai ser necessário para dar conta de varias séries diferente ao mesmo tempo, sem a necessidade que ter um professor a cada turma como ocorre nas instituições de ensino seriado. Assim cortando gastos, mas por falta de conhecimento e valorização do ensino campesino, essa forma de ensino vai ser vista como algo atrasado e ruim para educação das crianças, despertando um desejo de extinção por parte de alguns órgãos e até mesmo pelos responsáveis das crianças. Artifício usado pelas secretarias para convencer as famílias de fecharem as escolas e ir estudar nas escolas da cidade.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Aqui iremos fazer uma breve volta a trajetória das lutas enfrentadas para o reconhecimento e valorização da educação do campo no Brasil em meio as mudanças históricas ocorridas no País.

A Educação do/no campo é resultado de muita luta abrindo destaque aos movimentos sociais e da terra que buscaram trazer reconhecimento ao ensino para as comunidades campesinas de forma a atender a população rural e buscando ter uma educação que estivesse voltada a realidade do alunado, tentando afastar a idéia urbanocentrica das escolas rurais, que vão acompanhar o processo de desenvolvimento econômico do país e vai começar abrir debate quando começa a ser necessário ter uma mão de obra qualificada para as exigências do mercado, e no campo com o atraso as famílias estavam indo para cidade buscar melhorias e se qualificar para trabalhar nas indústrias que chegavam ao Brasil. Assim, como meio de assegurar as famílias no campo, começaram os debates em torno da educação nas comunidades campesinas.

> A educação do campo é uma frente de luta e de enfrentamentos com o Estado, ao mesmo tempo em que se encontra ao lado do Estado e dentro das instâncias governamentais em inúmeros projetos e programas. Trata-se de uma esfera pública marcada pela contradição e pela luta contínua, em que sociedade civil e sociedade política se encontram para a efetivação de direitos sociais. É uma esfera pública tensa, em que o dissenso é a mola propulsora das tensões ideológicas, políticas e jurídicas, também necessárias para o avanço da democracia. (Souza,2012 p 753)

Para falar na educação rural, devemos sempre lembrar da importância do manifesto dos pioneiros da educação nova, que provoca um debate importante para propagação desse ensino visando a permanência do povo campesino em sua terra, como afirma Neto (2021).

> Assim, o debate provocado pelos pioneiros da educação nova assume um papel importante, na medida em que uma fração dos pioneiros – Tais como, Anízio Teixeira, Carneiro Leão, Alberto Torres, dentre outros – defendiam o ruralismo pedagógico, cuja perspectiva pautava-se numa educação voltada para superar a falta de desenvolvimento do campo, combater o êxodo rural decorrente da não fixação das pessoas á terra. A valorização do trabalho no campo e, respectivamente do trabalhador campesino, poderia ser uma política capaz de solucionar a situação de miséria que os sujeitos do campo enfrentavam,

> assim como a da situação das escolas rurais, que possuíam condições precárias, um ensino livresco que não correspondia a realidade do campo, além de não contarem com uma formação de professores adequada para sua atuação no meio rural, no sentido de atender às suas especificidades didático pedagógicas, curriculares e epistemológicas. (Neto,2021, p46)

Uma Frente defensora dos direitos da educação do campo que reúne diversos intelectuais se torna fundamental em um Brasil com uma educação em construção que visa os interesses das elites e deixa a população de classe baixa de lado. Salientamos que defender os interesses do campo, sua cultura e seus costumes é necessário para formação da sociedade que está cada vez mais baseada na idéia de urbanização e busca pela inserção da comunidade do campo na cidade. Algo muito importante para o desenvolvimento da educação do campo foi a I Conferência Nacional por uma educação do campo que vai ser fundamental para essa articulação entre os movimentos e o governo

> Esta conferência foi promovida por diversas entidades e organizações, tais como: o MST, a comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), a Universidade de Brasília (UNB), a UNESCO e o Fundo das nações Unidas para Infância (UNICEF). Foi a partir do I ENERA que se consolidou a Articulação Nacional por uma Educação do Campo. (Neto, 2021, p68).

O ENERA Citado pelo autor se trata do I Encontro Das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que vai ser onde dará início a articulação para acontecer a conferência em prol da educação do campo. E fruto dessas duas ações ocorre a criação da primeira política pública voltada a educação do campo, que vai ser o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) aprovado em 1998 pelo Ministério extraordinário de Política Fundiária. E também a aprovação de Diretrizes Educacionais para Educação do Campo, trazendo mais um avanço as lutas.

O ensino que vai começar no meio rural não vai ser um ensino para formar cidadãos para viver em sociedade, mas sim, um ensino de base tecnicista onde visa preparar aqueles alunos para o trabalho para que as necessidades vindas do mercado pudessem ser supridas através deles como apontamos anteriormente. Esse era o sentido da educação rural, por isso devemos separar educação rural de educação do campo, pois a segunda defende uma educação

com os princípios do campo preservando seus costumes, ao contrário do que a educação rural objetivava ser.

> Podemos entender a Educação do Campo como sendo um grito não de socorro, mas de indignação das populações campesinas que têm sido colocadas às margens das decisões sobre seus próprios interesses (para não dizer das questões relativas à sociedade como um todo), que têm usufruído de uma educação dita "urbanizada", carregando o estereótipo de atrasada, inferior. O desejo de mostrar o seu valor, de fazer com que seus direitos, enquanto cidadãos brasileiros que são, encabecem o topo da lista de prioridades que norteiam a luta dessas pessoas. Luta esta que se materializa principalmente na exigência por uma educação de qualidade, assumindo aqui um significado que vai além da garantia do acesso à escola para todos e voltada para seus ideais, valores e necessidades reais.(Rodrigues, 2009, p58)

Aqui podemos voltar a I Conferência por Uma Educação do Campo que vai abrir debate para essa problemática entre a educação do campo e a educação no campo ou educação rural que era apenas no meio rural, mas não busca as questões do território e suas vivências para sua prática pedagógica como a proposta da educação do campo.

Um problema enfrentado pelas escolas do campo está ligado ao fechamento das instituições por diversas alegações, como o número de alunos ser baixo, gastos para manter a escola, ensino seriado e outros problemas. Como aponta Neto (2021)

> Na contramão da possibilidade de formação de consórcios escolares para formação das UEx a fim de demandar recursos para educação, tem-se observado, nos últimos anos, a implementação, por parte de secretarias municipais de educação, de processos de nucleação de escolas e, consequentemente, de fechamento de unidades escolares, sobretudo daquelas situadas no campo.(Neto,2021, p29)

O Fechamento das escolas do campo teve um aumento acentuado quando o estado passa para os municípios a função de cuidar das escolas, e com o baixo poder financeiro, e a vontade de trazer os alunos do campo para a cidade para os inserir a realidade urbana, as secretárias de educação dos municípios em diversos estados traçaram planos de fechamento das escolas.

> O processo de nucleação de escolas do campo, segundo o Parecer CEB/23/2007, teve início no Brasil nas décadas de 1970

> e 1980 e foram ampliadas em decorrência da LDB de 1996 e da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o que resulta em uma acentuada municipalização no Ensino Fundamental. (Santos, Garcia, 2020)

Uma alternativa usada para manutenção e auxilio no envio de recursos para manter as escolas do campo é a formação de consórcios onde escolas públicas com mais de 50 alunos matriculados na educação básica, para receber recursos do PDDE, deveriam constituir suas UEx que seriam suas unidades executoras próprias.

> O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem como objetivo prover recursos financeiros de forma suplementar para atender necessidades prioritárias das escolas, contribuir para melhorias em infraestrutura física e pedagógica, incentivar a autogestão escolar e a participação comunitária. (Brasil, 2021)

Mesmo com essa alternativa, o custo de manter as escolas ainda era grande. Vai ser na constituição de 1934 que pela primeira vez vai ser destinados recursos para o ensino nas escolas rurais. Como forma de ganhar tempo e espaço nas escolas do campo, foi adotado o paradigma multisseriado para o ensino.

> Em torno de 50% das classes são multisseriadas nas escolas localizadas no campo e, em muitas delas, o professor acumula funções de coordenador pedagógico e gestor. Por conta disso, ele tem pouca oportunidade de participar de grupos de estudos e demais processos de formação continuada. (Souza, 2012, p 752)

Como aponta Souza (2012) essa forma de ensino adotada vai sobrecarregar o professor que vai atuar em varias funções que deveriam ser ocupadas por outras pessoas que dessem o suporte necessário ao professor, além de prejudicar uma oportunidade de aperfeiçoamento devido à sobrecarga de funções gerando uma falta de tempo disponível.

Outro problema referente ao ensino multisseriado é que apesar de alguns autores destacarem a contribuição desse ensino, muitos têm a visão de um sistema que causa problema e que deveria ser extinto do meio educacional. A LDB traz em seu documento a proposta do ensino multisseriado no seu Art.23

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade,

> na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996)

Como proposto, se o sistema de ensino da rede municipal determinar que ensino se encaixe no sistema multisseriado, geralmente por apresentarem um número baixo de alunos, as escolas na grande maioria do campo, ficam funcionando dessa forma, unindo em uma única sala alunos de séries e idades diferentes, de modo que o professor vai buscar atender a todos e separar a seu modo determinado em sala.

> Multissérie, multi-idade, agrupamento vertical, multianual, escola isolada, classe múltipla, multigrado, sala unidocente, sala (classe ou turma) multisseriada. Esses são alguns dos muitos termos utilizados para denominar a modalidade de ensino em que um único professor atende a várias séries no mesmo espaço e tempo. Se por um lado é uma modalidade de ensino tão recorrente no território brasileiro, por outro, é tão pouco difundida, sendo ainda desconhecida de muitos. (Rodrigues, 2009, p 74)

Por se tratar de um modelo diferente do “tradicional” onde cada sala tem apenas os alunos da mesma série, passando a ser um ensino em que em uma sala de aula pode estar alunos de séries diferentes, algumas pessoas acreditam que é um ensino sem grande valor, que está atrasado em relação ao método de ensino tradicional. E é nesse sentido, que a maioria das secretarias após a municipalização do ensino, fazem a proposta de mudança dos alunos das comunidades rurais, para ir estudar nas escolas da cidade, onde o ensino funciona dividido por séries e o município vai arcar com as despesas do transporte.

Algo que devemos lembrar, é que a grande maioria dos professores que estão lecionando em salas multisseriadas não possuem uma formação em educação do campo e muito menos que aborde o ensino multisseriado, fazendo com que os professores tenham que planejar mesmo de forma leiga, como dar conta do ensino das turmas ofertadas, assim muitos professores usam de estratégias para manter os alunos interagindo na aula sem atrapalhar os colegas, como aponta Rodrigues (2009).

> Os professores utilizam também como artifício para a produtividade da aula, uma espécie de sistema de monitoria, onde os alunos atuam como “professores”, uns ensinando os outros e, consequentemente, aprendendo. Os estudos

> consultados comprovam a eficiência dessa estratégia, pois os alunos que estão nas séries subsequentes, em um nível mais adiantado, auxiliando os que estão nas séries anteriores ou até mesmo da mesma série que se ajudam entre si, possibilitando um aprendizado mais eficaz. (Rodrigues, 2009, p 87)

Outro ponto abordado por Santos (2018) Sobre os professores que atuam no campo é que em alguns casos os professores direcionados ao ensino nas escolas rurais eram aqueles considerados que "não serviam" as escolas urbanas e assim eram direcionados a escolas rurais.

> Vale destacar ainda que durante muito tempo (e, em alguns casos, também na atualidade), os professores que ministravam as aulas nas escolas do campo eram pessoas leigas e sem formação adequada, que eram direcionadas ao ensino nos espaços rurais justamente por esses motivos, já que não eram consideradas aptas para ensinar nas cidades. (Santos, 2018,p 44)

Para encerramos a década de 90, Souza (2012) aponta as conquistas para a educação do campo neste período.

> Em síntese, pode-se se afirmar que as principais conquistas com vistas à superação das desigualdades educacionais no campo, na década de 1990, foram: a reunião de diversos movimentos e organizações populares no fortalecimento da luta pelo reconhecimento dos povos do campo e pela efetivação de políticas educacionais; a realização de conferências estaduais e nacionais dos povos do campo para o debate da educação, portanto, a consolidação de uma frente política. Também, configura-se como conquista o conjunto de experiências educativas em parcerias com as universidades, a exemplo dos projetos vinculados ao Pronera e da produção de coletâneas pedagógicas, ao lado da vasta produção bibliográfica e pedagógica do Setor de Educação do MST. As lutas sindicais por educação para todos também teve impacto no momento de definir artigos na LDB e nas diretrizes operacionais da educação do campo, publicadas em 2002, haja vista a ênfase e lutas na efetivação da educação para todos. As diretrizes operacionais da educação básica para as escolas do campo, de 2002, vieram a ser o documento pioneiro no reconhecimento normativo e legal da educação do campo. (Souza, 2012, p755)

Como podemos ver através do que foi apontado pela autora todos os avanços estão sendo conseguidos através da luta pelo reconhecimento e tendo sempre a frente os movimentos sociais e sindicais, de forma que conseguiram ter influência na LDB e nas diretrizes operacionais da educação do campo durante sua definição, dando mais um passo ao reconhecimento da educação

do campo. Essas diretrizes vão ter um papel muito importante por trazer aspectos importantes das lutas.

> Diante disso, além de abordar elementos históricos acerca de como a Educação do Campo vem se consolidando no Brasil, as diretrizes também apontam uma série de normas relacionadas à forma com que tal educação deve ser conduzida, frisando aspectos como atividades curriculares e pedagógicas, formação de professores, relação entre escola e comunidade, organização de calendários escolares e a responsabilização dos sistemas de ensino pela oferta educacional. (Santos, 2018,p 35).

Sobre o Pronera em 4 de novembro de 2010 sob o decreto 7.352 vai Ficar estabelecido algumas situações, dentre elas a oferta da educação do campo em nível superior no seu Art. 1°

> Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.(Brasil, 2010).

Ainda no decreto no seu Art. 2°

> Art. 2º São princípios da educação do campo:
>
> I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
>
> II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
>
> III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
>
> IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

> V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.(Brasil, 2010).

Como podemos ver, está estabelecido à educação como foi buscado nas lutas travadas pela melhoria da educação, buscando estar sempre preservando a identidade dos povos do campo, através do ensino promovendo uma educação de qualidade que valorize o campo, tirando a visão de atrasado e que o sentido urbano que deve estar inserido no contexto escolar. Cabe- nos estar sempre investigando se está sendo cumprido o que está previsto.

Partindo para mais uma conquista ainda que de um assunto delicado como o fechamento das escolas, mas que se torna essencial é que diante dos fechamentos impostos a escolas do campo, se fez necessário tentar fazer com que as populações atingidas pelo fechamento das escolas pudessem opinar e participar da decisão de fechar a escola ou não.

> Outra conquista da luta social contra as disparidades vividas pelas escolas do campo foi a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, sancionada pela ex. Presidente Dilma Rousseff no qual alterou o Art. 28 da LDB nº 9394/96 com o acréscimo do parágrafo único, estabelecendo que para o fechamento das escolas do campo é preciso ter o consentimento da comunidade e um diagnóstico precedido pelo respectivo sistema de ensino e o consentimento de órgãos normativos, a exemplo do Conselho Municipal de educação.(Santos, Garcia, 2020)

Este é um grande avanço para as comunidades, pois reconhece a necessidade de ocorrer um debate e um consenso entre as secretarias e as comunidades que sofrerão com o fechamento das escolas. Devemos nos atentar ao fato de que muitas vezes essas comunidades podem ser pressionadas ou até mesmo enganadas para que aceitem as propostas de fechamentos das instituições escolares, mas estar previsto em lei já é uma forma de legitimar a voz daqueles atingidos.

Mais adiante, a autora Souza (2012) aponta o II ENERA ocorrido em 2015 que foi feito com objetivo de discutir a situação da educação brasileira e traçar novas metas.

> Nessa perspectiva, frisamos a existência do Segundo Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), que aconteceu entre os dias 21 e 25 de setembro de 2015 na cidade de Luziânia em Goiás e contou com a presença de uma grande quantidade de trabalhadores da educação e de demais pessoas ligadas ao contexto camponês, com o propósito de discutir sobre

> a real situação da educação brasileira da atualidade. Percebe-se que passados dezoito anos desde o Primeiro Enera, a realização desse novo evento se configurou como algo de extrema relevância, tendo em vista que importantes discussões foram retomadas e novas metas foram trilhadas, contribuindo assim, para a ampliação e o desenvolvimento das propostas da Educação do Campo e da importância que cada uma delas possui.

Dentre esses programas criados não podemos deixar de falar do PROCAMPO (Programa de Apoio a Formação Superior em Educação do Campo) que vai apoiar as instituições públicas para implementação de curso superior em educação do campo, como meio de melhorar a qualificação dos profissionais que atuam no campo. Possuir uma graduação para educação do campo é resultado de muito esforço ao longo dos anos.

Mesmo com tantos avanços ocorridos ao longo dos anos, ainda tem muitas coisas a serem melhoradas tanto na educação em geral como na educação do campo, que ao longo dos anos vem sofrendo avanços e desvalorização ao mesmo tempo. Se fazendo necessário lutar e buscar os direitos sempre.

Este capítulo trata da análise dos dados coletados através de entrevistas semiestruturadas, realizadas com quatro professoras que atuaram no ensino fundamental nas escolas estudadas.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

As professoras entrevistadas são formadas em pedagogia e atuaram nas escolas no campo em toda ou quase toda sua carreira docente. A professora 1 fez o Magistério e depois pedagogia, alguns tempos depois de começar dar aulas em regime especial que era de dois anos na Universidade Veiga de Almeida (UVA), além disso tem especialização em psicopedagogia. Trabalhou 34 anos primeiro no município e depois entrou para o estado, começou como contratada e depois como concursada. A professora 2 é formada em pedagogia no Logos II na década de oitenta. Trabalhou por 33 anos na mesma escola, da zona rural. A professora 3 é formada no Logos Trabalhou mais de 25 anos como professora no campo, ensinou nas duas escolas da comunidade; E a professora 4

Licenciada em pedagogia no Logos II e Trabalhou como professora durante 5 anos somente nas escolas do campo, onde perde o emprego devido o fechamento da escola.

Quando falamos em educação do campo devemos lembrar que é necessário o conhecimento a respeito das necessidades e critérios dessa educação, pensando nisso buscou-se saber a respeito de formação continuada sobre o campo para essas professoras, uma vez que lecionaram antes do surgimento do curso de educação do campo que só vem a se consolidar e regularizar a partir de 2010.

Percebe-se um retrocesso na formação, uma vez que a professora que ensinou primeiro que as outras, ainda teve um pouco de formação sobre o campo, diferente das outras.

> "A gente fazia uns treinamentos que eu fui pra Patos, fui pra Lagoa seca, que era assim como um treinamento. E fui pra Campina Grande pra aquela escola alternativa que completava também pra pegar coisa mais do sítio, zona rural". Quem ofertava era o município. (professora 2, entrevista concedida)

A professora 2 fala que esses treinamentos duravam em torno de duas semanas, o que fez em Patos já foi depois do ano de 1988 através do estado, com o protempo.

A professora 1 conta que houve diversas capacitações para ensinar ao longo dos anos, mas nenhuma específica para o campo, precisando se adaptar e se planejar a par "A gente ia pegando a experiencia e se rebolando na sala de aula" tir da experiencia vivida no dia a dia. (professora1).

> "Naqueles tempo as coisa... Era por que a gente era teimosa, mas se não fosse, ninguém tinha aprendido a ler, por que era uma coisa tão difícil" (professora 3, entrevista concedida)

Assim, apenas uma das quatro entrevistadas teve algum tipo de capacitação para o campo, enquanto as outras tiveram que se adaptar por si própria.

O ensino na qual trabalhavam era o mesmo, multisseriado. "Salas multisseriadas com segunda, terceira e quarta série só comigo" (professora 2). A professora 2 relembra que nas sextas feiras ela fazia um dia de laser com os alunos, com jogos de aprendizado na qual ela também aplicava o que aprendia nas formações que fazia.

> "eu fazia aprendendo brincando com educação artística, para menino fazer coisa, quem acertava, colocava no quadro pra fazer terceira ou quarta série, por exemplo um mapa pra colocar a região. Se fosse pequeno desenhava no chão um bicho pra completar o nome. Era a manhã de laser ai eles ganhavam prêmio" (Professora 2, entrevista concedida)

Apesar dos poucos recursos, a professora usava do que tinha a disposição para trabalhar com os alunos de forma mais didática.

A professora 1 conta como fazia a divisão das turmas, já que a escola tinha apenas uma sala "era uma sala grande dava pra dividir cada turminha no seu canto que era pouco menino, aqueles que iam terminando as tarefas antes iam ajudando os outros" (professora 1). Isso também e enfatizado pela professora 4 que chama de aluno monitor "Tinha aluno que ficava na sala como monitor, aí já estava na terceira serie sabia o que os outros estavam fazendo, terminavam a tarefa e ia ensinar. (professora 4).

Vemos que neste modelo de ensino, os alunos se ajudavam sob a supervisão do professor como forma de lidar com as diversas turmas em um mesmo ambiente.

Visto que a formação ou capacitação para o campo era pouca ou nenhuma, buscamos saber como ocorria o planejamento dessas aulas. A professora 2 conta que os planejamentos ocorriam no município ou em uma cidade próxima que se situa a regional "Fazia o planejamento do ano, e em casa eu organizava o plano de aula, tudo" (professora 2) mesma situação da professora 3.

Já a professora 1 e 4 lembram que seu planejamento ocorria junto com os outros professores que lecionavam na cidade, o ensino era o mesmo, não tinha nada separado diferente por ser para o campo. "Era na secretaria no município, ocorria a cada 15 dias. No começo era toda semana e depois passou a ser a cada 15 dias reunindo todos os professores" (Professora 1).

4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO

As duas escolas analisadas possuíam dificuldades a ser enfrentadas, mas a depender do período e da situação governamental que era responsável pelo financiamento da escola, a situação era melhor ou pior. Uma das professoras destaca a mudança da escola 1 quando saiu do período municipal para estadual.

“Ai quando passou pro estado aí foi bom” (Professora 2) devido ao aumento de recursos e a quantidade de material. “Do Estado era tudo certo, vinha tudo sobrando era livros, dicionários sobrando” (Professora 2). Pois quando iniciou como escola municipal os recursos enviados eram poucos para quantidade de alunos, nem a merenda era enviada, depois de alguns anos funcionando que começou chegar. “Começou a vir pra Serra Branca e nós (professores) íamos buscar os pacotes de caderno, lápis de pintar, os livros vinham aquelas coisas divididas sabe?” (professora 2) mas mesmo chegando essas coisas, não vinha o suficiente para todos.

Outra professora que trabalhou na escola 2 passou por situações diferentes da professora 2, relata que em questão dos recursos básicos da escola, em regime municipal chega tudo certo. “Em termos de materiais para trabalhar eu não posso reclamar não, para trabalhar nos alunos”. “Veio muitos livros pra ler para os alunos, veio muito giz, até hoje tenho problema na garganta por conta do giz, veio lápis para pintar, merenda” (professora1).

Sobre a estrutura escolar as professoras consideravam boas em relação a situação do tempo, a escola 1 possuía 2 salas de aula, dois banheiros e uma cantina (cozinha), já os materiais vão chegando com o tempo

> “As salas eram grandes, cabiam 40 alunos tranquilo, tinha tudo carteira, Biro, estante quando era do Estado, enquanto era do município tinha só as cadeiras e o básico, pouco” (professora 2, entrevista concedida)

A professora 3 ao falar dos recursos relembra a falta e como foi chegando aos poucos “Nunca teve assim, vai começar as aulas chegou os livros, que era pra ser assim né”. (Professora 3). Assim também fala a professora 4 onde enfatiza a condição precária e a falta de merenda na escola “Era muito sofrida, porque tinha vez que não tinha merenda, outro dia era outra coisa” (professora 4)

A escola 1 tinha estrutura parecida com a outra, tinha dois banheiros, uma cantina e apenas uma sala de aula, o que difere da outra que possuía 2. Essa escola recebia um pouco mais de recursos segundo a professora que lá lecionou, mas não estava livre das dificuldades.

> “A estrutura poderia melhorar, mas supriu a necessidade para o tanto de alunos que tinha, eu acho que ela supriu bem as necessidades, era uma sala grande dava pra dividir cada turminha no

> seu canto que era pouco menino, aqueles que iam terminando as tarefas antes iam ajudando os outros" (professora 1, entrevista concedida)

Apesar da precariedade e da presença apenas do básico ou até mesmo a falta dele, percebe-se a dedicação e esperança daquelas que lecionaram na escola e fizeram o possível para alfabetizar as crianças que ali passaram.

5. IMPACTOS E FECHAMENTO DAS ESCOLAS

A Educação do campo como abordado anteriormente passa por um processo de fechamento e precarização das escolas, nesta comunidade estudada não foi diferente a situação. As duas escolas analisadas foram fechadas e os alunos enviados para escolas do município.

> Em 2002, quando foram promulgadas as operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, ainda havia mais escolas rurais do que urbanas. Daí em diante, conforme dados do INEP, aprofunda-se uma tendência ao fechamento dessas escolas que, neste ano, somavam 54% do total de escolas nacionais. (Barral, Zanelli, Souza, p340, 2024)

Apesar de situadas na mesma comunidade as duas escolas fecharam por motivos diferentes, mas que sofrem influência da medida tomada pelos órgãos governamentais. A escola 1 tinha alunos de sete sítios do município, iniciou como escola municipal e devido um vento que veio a destelhar a escola, ficou inviável ter as aulas na mesma, fazendo com que as aulas acontecessem na casa de uma senhora que antes de ter a sede escolar, cedia sua casa como sala de aula, pois o governo municipal da época não mandou concertar, a escola vem a ser ajeitada apenas quando muda o prefeito da cidade, como conta a professora 2:

> "Depois de 6 anos do grupo ser construído, aí veio um vento destelhou a escola e deixou sem nada, aí as aulas voltaram para casa de Lica, enquanto não ajeitava a escola, aí quando mudou o prefeito a escola foi ajeitada. (professora 2, entrevista concedida).

Mas mesmo com essa mudança a escola ainda passava por algumas dificuldades, tendo como solução da época, se tornar uma escola estadual.

> "Na comunidade vinha um engenheiro civil do estado pois tinha família na comunidade, e um dia de domingo ele foi olhar a escola que mesmo após o concerto estava com risco de cair, e prometeu buscar tornar a escola estadual, pois ele conseguia verba para concertar a escola" (Professora 2, entrevista concedida).

Assim foi feito, no ano de 1983 a escola passa a ser estadual, trazendo uma mudança boa para a escola segundo as professoras. Mas, que nos anos seguintes traria seu fechamento, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 traria o processo de nucleação e fechamento das escolas do campo.

> A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB N° 9394/96, viveu-se um momento de fechamento das escolas/classes multisseriadas do campo, com a nucleação nas sedes dos municípios, advinda da municipalização e da adoção das reformas neoliberais que atingiram também a educação. (Janata, Anhaia, p 686,2015)

Com a promulgação dessa nova Lei, a escola 1 foi intimada do seu fechamento, devido a ser uma escola estadual situada no campo. As professoras 2 e 4 estavam atuando na escola no período de fechamento. A professora 1 devido seu tempo de trabalho teve a escolha de ir ensinar no município ou se aposentar, mas devido as condições de deslocamento a professora optou por se aposentar.

> "Eu me aposentei do município em 91 aí continuei pelo estado, o estado foi dando uma ordem de zona rural não ter mais escola estadual só podia municipal, só funcionava estadual a minha, aí eu requeri para me aposentar" (professora 2, entrevista concedida).
>
> "Por não aceitar mais a escola estadual ou eu ia pra cidade trabalhar ou fechava aí ficava ruim para se deslocar para cidade então optei por fechar e eu me aposentar" (professora 2, entrevista concedida).

Já a professora 4 estava no início de sua carreira docente com pouco menos de 10 anos de serviço, viu a escola fechar sem poder fazer nada para mudar, não foi proposto uma realocação para ela trabalhar, ficando assim desempregada. "Perdi meu emprego, ninguém nunca disse assim vai ter gente que vai perder o emprego"; "Na minha vida foi horrível, perdi meu emprego com 3 filhos pequenos, sofri bastante" (Professora 3)

Os alunos que estudavam na escola 1 foram enviados para estudar no município. "Os meninos que estavam estudando foram transferidos para cidade e outros foram para a outra escola da comunidade que era municipal" (professora 2).

Apesar da política de transporte organizada para suprir a necessidade de deslocamento desses alunos a professora 3 relembra que não trabalhava mais na escola no período de fechamento, mas seus filhos ainda estudavam e não

tinham transporte para ir a escola. “Eu acho que o problema era o transporte para ir, que felizmente agora tem né. Meus meninos iam para escola de bicicleta pois não tinha transporte” (Professora 3). Um tempo depois o transporte veio para comunidade fazendo com que alguns que ainda estavam na escola do campo, quisesse ir estudar na cidade devido a curiosidade da mudança. “Os que não queriam ficaram com muita raiva e os outros já tinham tirado os filhos para a cidade” (Professora 3).

Na escola 2 a professora 1 atuava no período de fechamento, ela conta que a quantidade de alunos já era pouca na época e por isso vinha sofrendo ameaças de fechamento todos os anos no período de matrícula dos alunos. “Todo ano eles diziam assim olhe se não fechar tantos alunos vai fechar a escola” (professora 1). Mas, acabava que sempre consegui o total de alunos necessário, até que um dia ocorreu uma briga entre pais que acarretou grande medo por parte das crianças e dos outros pais na segurança de seus filhos na escola, uma vez que só tinham a professora e a cozinheira trabalhando, não havia porteiro, ou zelador na escola. “Após a confusão ocorrida na escola os pais se reuniram com a secretaria para mandar um carro para levar os pequenos para a escola da rua” (Professora 1). Com o medo instalado nos pais, a secretaria encontrou o meio que precisava para fechar a escola como ameaçado por anos, devido acharem caro manter a instituição. “Para eles era muito gasto para pouco aluno” (professora 1).

> Os preceitos de gerenciamento na gestão educacional, que envolvem a eficiência e a eficácia, impulsionaram medidas de economia nos cofres públicos. Embora a nucleação tenha ocorrido sob o argumento de elevação da qualidade do ensino com a concentração dos alunos e a separação em turmas seriadas, de acordo com as idades e níveis de escolarização, isso não se verificou. O que aconteceu foi uma redução no investimento na educação dos trabalhadores do campo e a substituição das escolas /classes multisseriadas pelo transporte escolar, de condição precária, trafegando em estrada mal conservadas. ((Janata, Anhaia, p 686,2015).

Com isso, a política de transporte vai ter influência no processo de fechamento, pois a novidade de ir estudar no município agora estava mais próximo aos alunos, que agora estavam sujeitos a longas viagens, estradas ruins e dependendo do município para chegar à escola, mas o atraso das escolas do campo devido abandono, estaria resolvido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começar esta pesquisa e delimitar meus objetivos a serem atingidos, pensei em como faria para organizar uma entrevista que me levasse aos meus objetivos, mas ao longo das conversas através do método escolhido de uma entrevista semiestruturada eu consegui chegar até mais além do que eu pude pensar, pois as informações colhidas me levaram a diversas reflexões importantes acerca da temática estudada.

Apesar da pesquisa ocorrer em apenas uma comunidade do município, foi possível entender uma parcela da realidade vivenciada por aqueles que vivem lá e que reflete também a aqueles que moram em outras comunidades, pois a exemplo dos planejamentos, é falado que todos os educadores de Serra Branca fazerem o planejamento no mesmo dia, sobre as mesmas coisas, mudando apenas o período, se era mensal, semanal ou anual.

É possível perceber, ao longo das entrevistas, que, apesar da diferença de anos de trabalho de uma professora para outra, ambas passam por situações de problemas com a falta de algum recurso na escola. Mas, mesmo com as adversidades, as professoras davam um jeito e faziam com que a aula acontecesse. Devemos nos atentar também ao fato de que são professoras, todas mulheres moradoras do campo, que lutaram para resistir e manter a educação da comunidade.

É possível ver a influência do governo e do tipo de gestão que está cuidando da escola, pois, percebemos que apenas uma mudança da escola de municipal para estadual, influenciou diretamente nos investimentos e recursos enviados para escola e alunos. Assim cabe-nos pensar se esse processo de municipalização das escolas campesinas foi realmente para ajudar as escolas, tendo em vista que municípios de pequeno porte podem não conseguir manter

todas abertas, onde uma ajuda estadual poderia influenciar diretamente na permanência das escolas, pois é portador de mais recursos financeiros.

Após a municipalização das instituições escolares, as duas escolas passam a ser ameaçadas de fechar. A Escola 1 tem sua declaração de fechamento e abandono de uma professora contratada que atuava; a Escola 2 realoca a professora que atuava por estar efetiva e próxima de sua aposentadoria, o que nos mostra que não havia preocupação com quem trabalhava na instituição, mas apenas em realocar os que, por tempo de serviço, necessitavam de realocação. Para os outros que não estivessem nessa situação, não haveria nenhum tipo de auxílio ou realocação. Aqui vemos a desvalorização e precarização do professor que tem seu emprego perdido ou é realocado para outra escola sem ajuda do governo.

Essa realidade não está somente atrelada a este município, mas sim a todo o contexto educacional para pessoas que vivem no campo; a educação, quando ofertada, é precária e com previsão de dias para acabar.

Apesar das diversas conferências e políticas lançadas para “melhorar” a educação campesina, o que veio junto das novas mudanças foi o desmonte dessas escolas e a realocação dos alunos para as escolas municipais, onde precisam se adaptar à realidade e aos costumes.

A luta pela garantia da educação do campo está longe de acabar, pois o que ocorre a cada ano é o aumento do fechamento das instituições e a desvalorização do ensino no campo. Com as ideias neoliberais cada vez mais inseridas no contexto educacional, atreladas à ideia de redução de custos, a educação em realidades campesinas de poucos alunos deixa de ser algo bom para investimentos e passa a ser algo a ser reorganizado de acordo com os ideais financeiros.

Nesta pesquisa, foi possível acessar a realidade de apenas uma comunidade do município estudado, mas é necessário lembrar que há muitas outras no município e para além de seus limites também. É necessário e possível, para fins de uma continuidade desta pesquisa, fazer uma análise mais ampla da realidade municipal e até mesmo estadual.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n. 1, 1996.

AZEVEDO, M. A. **Avaliação do programa Escola Ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas**: a experiência em Jardim do Seridó/RN (1998-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BARRAL, S. B.; ZANELLI, V. F.; SOUZA, D. D. L. O fechamento das escolas do campo e a dissonância com a legislação. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 17, n. 2, p. 337-355, 2024.

BAVARESCO, P. R.; RAUBER, V. D. Educação do campo: uma trajetória de lutas e conquistas. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 85-92, jan./jun. 2014.

BORGES, David Gonçalves. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 305-324, jan./abr. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: [Inserir link se houver]. Acesso em: [Inserir data].

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. [S. l.]: [s. n.], p. 259-267.

JANATA, E. N.; ANHAIA, M. E. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para formação docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 685-704, 2015.

LOMBARDI, M. R.; ÁVILA, M. A.; PAULA, M. A. B. **O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas**. Curitiba: CRV, 2021.

PAULA, C. C. *et al*. Modos de condução da entrevista em pesquisa fenomenológica: relato de experiência. **SciELO**, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

RODRIGUES, C. L. **Educação no meio rural**: um estudo sobre salas multisseriadas. Orientadora: Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos. 2009. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, M. A. **A licenciatura em educação do campo**: dimensões teóricas e práticas. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2018. 220 p.

SANTOS, V. C.; GARCIA, F. M. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino**, [S. l.], Dossiê n. 4, v. 1, 2020.

SAVIANI, D. *et al*. **O legado educacional do séc. XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. *et al*. **O legado educacional do séc. XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SILVA, M. S. **Os saberes do professorado rural**: construídos na vida, na lida e na formação. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul./set. 2012.

VASCONCELOS NETO, J. E. **O direito à educação das comunidades campesinas em contexto de fechamento de escolas públicas**: uma análise a partir de Solânea-PB. Orientador: Antônio Lisboa Leitão de Souza. 2021. 146

p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Solânea, 2021.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Qual sua formação

2- Há quanto tempo trabalha/trabalhou como professora?

3- Possui alguma formação ou capacitação específica para o ensino no campo? Se sim, a formação foi ofertado por alguma instituição pública (Secretaria de Educação, programa do governo federal, estadual ou
Municipal)

4- Lembra quantos anos trabalhou na escola participante da pesquisa?

5- Como era a estrutura física da escola onde você trabalhou?

6- A escola recebia recursos da secretaria de educação?

7- A escola recebia recursos de outras fontes (doação de empresas privadas, ajuda da comunidade,contribuição das famílias, material comprado com recursos dos professores)?

8- O ensino era seriado ou multisseriado? Se seriado, tinha quantas turmas? Se multisseriado, quantas séries?

9- Quantos e quais profissionais trabalhavam na escola?

10- Você desempenhava alguma outra função além da docência?

11- Como era feito o planejamento das aulas?

12- Você lembra quantos alunos estavam matriculados na escola?

13- Você conhece a história dessa escola? Poderia me contar?

14- Como foi o processo de fechamento da escola? Se lembra quais os argumentos usados pela secretaria ?

15- Após o fechamento da escola, os profissionais foram remanejados ou perderam seus empregos?

16- Qual a forma de contratação dos profissionais da escola à época (contrato temporário, prestação de serviços, carteira assinada, concurso público)?

17- As famílias foram comunicadas sobre o fechamento das escolas? Participaram de alguma forma dessa decisão?

18- Você sabe onde as crianças foram matriculadas após o fechamento das escolas?

19- Na sua opinião, qual o impacto do fechamento das escolas na vida dos profissionais, das famílias e das crianças?

TERMO DE COMPROMISSO

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICIPIO DE SERRA BRANCA-PB: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DOS PROFESSORES, coordenado pela professora Ellen Creuza Gouveia Lima da Costa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande- UFCG

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo GERAL: Analisar a (educação do/no campo) e o contexto de fechamento das escolas do campo no município de Serra Branca-PB a partir da visão dos professores. E ESPECÍFICOS:Investigar a educação infantil oferecida nas escolas campesinas da comunidade do Ligeiro, no Município de Serra Branca-PB; Analisar as políticas direcionadas às escolas do campo no âmbito federal e do município investigado no contexto de fechamento das escolas do município; Analisar os impactos na vida dos professores após o fechamento das escolas. E se faz necessário ser em apenas uma comunidade do município, pois o período de pesquisa é curto para fazer mais amplo, essa pesquisa servirá para trabalho de conclusão de curso de especialização em educação, onde será analisado a visão dos professores diante o fechamento das escolas.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Uma entrevista semiestruturada, gravada em celular, realizada no ambiente que o entrevistado indicar. Os riscos envolvidos com sua participação são: Possibilidade de desconforto ou constrangimento ao responder ao questionário, cansaço caso o entrevistado ache a entrevista longa, alteração de comportamento. Os possíveis riscos podem ser minimizados pela conduta da pesquisadora na entrevista, que irá conversar com o participante da entrevista previamente, explicar sobre a entrevista e os objetivos da pesquisa, o ambiente será indicado pelo entrevistado como forma de indicar o local que se sentir melhor, e caso alguma pergunta cause medo ou

constrangimento, o entrevistado não será obrigado a responder e pode pular para a próxima pergunta . Os benefícios da pesquisa serão: Trazer um olhar sobre o funcionamento e fechamento das escolas do município, tendo em vista os impactos de tal decisão a vida dos professores e alunos da comunidade.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.
Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Ellen Creuza Gouveia Lima da Costa, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ellen Creuza Gouveia Lima da Costa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço Pessoal: Sitio Ligeiro

Endereço Profissional: Sitio Ligeiro

Horário disponível: 9:00h às 19;00 h

Telefone: (83) 991738248

Email: ellencreuza4@gmail.com

Dados do CEP

Comitê de Etica em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Serra Branca-PB 06/05/2025

_	
Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal	Nome e assinatura do responsável pelo estudo

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O processo de fechamento das escolas do campo no Município de Serra Branca-PB: Uma análise a partir da visão dos professores

Pesquisador: ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 90735025.5.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.954.061

Apresentação do Projeto:

De acordo com o pesquisador a pesquisa tem como objeto a educação do campo no contexto de fechamento das escolas campesinas no município de Serra Branca-PB. O interesse de pesquisar surgiu durante a aula de uma disciplina deste curso de especialização onde falamos do ensino multisseriado e a educação do campo. Fiquei interessada em pesquisar por ter passado por essa educação multisseriada e ter minhas raízes no campo, além de que presenciei o fechamento das escolas do município e as comunidades campesinas sofrendo com o fechamento das escolas. Assim, pretendo analisar esse contexto de fechamento das escolas e o ensino ofertado, na visão dos professores que atuavam nas instituições, para ver na ótica docente a problemática a cerca da educação do campo.

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador elenca como objetivo da pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a (educação do/no campo) e o contexto de fechamento das escolas do campo no município de Serra Branca-PB a partir da visão dos professores

Objetivo Secundário:

1. Investigar a educação infantil oferecida nas escolas campesinas do Município de Serra Branca-PB;
2. Analisar as políticas direcionadas às escolas do campo no âmbito federal e do município investigado no contexto de fechamento das escolas do município;
3. Analisar os impactos na vida dos professores após o fechamento das escolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador descreve como riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos: Possibilidade de desconforto ou constrangimento ao responder ao questionário, cansaço caso o entrevistado ache a entrevista longa, alteração de comportamento Benefícios: Trazer um olhar sobre o funcionamento e fechamento das escolas do municipio, tendo em vista os impactos de tal decisão a vida dos professores e alunos da comunidade

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa denota relevância científica e social

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados:

- Projeto completo
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Termo de Compromisso dos Pesquisadores
- Orçamento
- Cronograma
- Termo de Anuência Institucional
- Instrumento de coleta de dados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências do parecer anterior foram solucionadas. Por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situaçã
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇOES_BASICAS_DO_PROJETO_2548720.pdf	16/10/2025 13:58:43		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projnovo.docx	16/10/2025 13:57:42	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito
Outros	Ellen_3_assinado.pdf	16/07/2025 21:39:01	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_dos_pesquisadores_assinado.pdf	14/07/2025 22:07:37	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	instrumentodecoleta.pdf	09/06/2025 15:33:52	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	18/05/2025 11:38:27	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	Ellen_assinado.pdf	18/05/2025 11:23:20	ELLEN CREUZA GOUVEIA LIMA DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CAMPINA GRANDE, 07 de Novembro de 2025

Assinado por:
Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))